Ata da Reunião do Conselho Municipal de Educação (CME) de Piracicaba

Data: 26/10/2026

Formato: Presencial – Sede da Secretaria Municipal de Educação.

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, às dezoito horas, na Sede da Secretaria Municipal de Educação de Piracicaba, realizou-se a reunião do Conselho Municipal de Educação. A sessão contou com a presença do Presidente, André Calazans dos Santos, e dos demais membros: Aline Rossini, Alessandra Beniana Capistrano Martins, Juliana Estevam Rombaldo da Silva, Marcelo, Euridéia Ribeiro D'Assunpção, Marcelo Socorro Zambon, Odair Geraldo Penha Moral e Marcos Roberto Guilhem Bertanha. Iniciando os trabalhos, foi solicitada aos conselheiros presentes a assinatura das atas de reuniões anteriores, medida que visa garantir a organização documental para a transição de gestão e assegurar a devida prestação de contas aos órgãos de controle. Em seguida, o Conselho debateu o formato das futuras reuniões, decidindo deixar como recomendação oficial para a próxima gestão a elaboração de um regramento específico sobre a modalidade online, visto que os membros concordaram que o formato presencial é mais produtivo e gera maior engajamento, sugerindo também a obrigatoriedade de que as convocações e o envio prévio das atas ocorram com antecedência mínima de uma semana. Na sequência, foi registrada uma menção de reconhecimento ao trabalho da professora da EM José Antônio de Souza, que figurou como finalista do prêmio Educador Nota 10 com um projeto de educação infantil focado no folclore brasileiro e na defesa do meio ambiente. Sobre o processo eleitoral do Conselho, informou-se que o período de inscrições para a nova composição obteve boa participação de servidores estaduais, municipais e pais de alunos, e que a eleição ocorrerá presencialmente no dia sete, a partir das dezoito horas, no auditório, com possibilidade de eleição suplementar em um segundo momento caso haja vacância em alguma categoria. Dando continuidade à pauta, foi comunicado o recebimento de um ofício do Ministério Público instaurando um procedimento administrativo para acompanhar a execução das políticas de

alfabetização até o segundo ano do ensino fundamental no município. O Conselho terá trinta dias para enviar respostas sobre a participação e acompanhamento das legislações, metas e adesão aos programas Alfabetiza Juntos SP e Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. O presidente esclareceu que não emitiu nenhuma normativa ou participou de quaisquer discussões referente às políticas apresentadas pela Ministério Público. Dessa a resposta ao órgão seguirá esse encaminhamento. Por fim, houve discussão sobre as altas temperaturas nas salas de aula e a urgência da instalação de aparelhos de ar-condicionado, pontuando-se que o principal limitador atual, além do fator financeiro, é a infraestrutura elétrica antiga da maioria das escolas, que exige readequação prévia antes de suportar os novos equipamentos. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, da qual foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e demais presentes.